

Amaral, Eduardo Tadeu Roque; Santos, Marcos Paulo

Mudanças nas estratégias nominais para a referência a seres humanos em discursos parlamentares do Rio Grande do Sul (Brasil)

Études romanes de Brno. 2021, vol. 42, iss. 1, pp. 163-183

ISSN 1803-7399 (print); ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2021-1-9>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/144085>

License: [CC BY-SA 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

Access Date: 17. 02. 2024

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

Mudanças nas estratégias nominais para a referência a seres humanos em discursos parlamentares do Rio Grande do Sul (Brasil)

Changes in Nominal Strategies for the Reference to Human Beings in Parliamentary Speeches from Rio Grande do Sul (Brazil)

EDUARDO TADEU ROQUE AMARAL [eduardamaralbh@ufmg.br]
Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

MARCOS PAULO SANTOS [marcospaulomp02@gmail.com]
Faculdade de Letras (POSLIN), Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar um conjunto de estratégias nominais para a referência a seres humanos no português brasileiro. Os dados analisados provêm de discursos parlamentares do estado do Rio Grande do Sul (Brasil) produzidos nos anos de 2011 e de 2017. O marco teórico está composto por estudos recentes sobre a linguagem inclusiva e por trabalhos de semântica lexical que analisam as propriedades dos nomes gerais, elementos de conteúdo semântico mínimo, como *pessoa*, *pessoal*, *povo*, entre outros, que se distanciam das relações típicas de hiperonímia. Os resultados obtidos confirmam a importância dos nomes gerais no conjunto de recursos para a elaboração de textos mais inclusivos, bem como revelam discretas mudanças de 2011 para 2017 a favor das estratégias de uma linguagem mais inclusiva. Em uma perspectiva mais ampla, os resultados contribuem também para demonstrar como mudanças socioculturais relacionadas a políticas de igualdade de gênero podem favorecer alterações lexicais do português do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem inclusiva; português brasileiro; discurso parlamentar; nomes gerais

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze a set of nominal strategies for the reference to human beings in Brazilian Portuguese. The data analyzed come from parliamentary speeches from the state of Rio Grande do Sul (Brazil) produced in 2011 and 2017. The theoretical framework is based on recent studies about inclusive language and research on lexical semantics that analyze the properties of general nouns, i. e. lexical units with minimal semantic content such as *pessoa* ('person'), *pessoal* ('people'), *povo* ('people') among others, which deviate from typical hyperonymy relations. The results obtained confirm the importance of general nouns in the set of resources for the elaboration of more inclusive texts, as well as reveal discreet changes from 2011 to 2017 in favor of more inclusive language strategies. In a broader sense, the results also contribute to demonstrate how socio-cultural changes concerning gender equality policies can favor lexical changes in the 21st century Portuguese.

KEYWORDS

Inclusive language; Brazilian Portuguese; parliamentary speech; general nouns

RECEBIDO 2021-03-27; ACEITE 2021-04-17

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar um conjunto de estratégias nominais para a referência a seres humanos no português brasileiro. Os dados são constituídos por transcrições de pronunciamentos parlamentares proferidos nos anos de 2011 e de 2017, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS). Partindo-se da existência de manifestações sociais a favor de uma mudança na linguagem considerada não inclusiva em relação à mulher, entre elas a existência de um manual para uso não sexista da linguagem, publicado pelo governo do Rio Grande do Sul (RS) em 2014, a análise busca observar se o uso da língua portuguesa em uma casa legislativa estaria sofrendo alguma influência de políticas para a igualdade de gênero. Objetiva-se, de modo mais amplo, verificar em que medida fatores sociais e normas de linguagem repercutem em situações formais de uso do português por parlamentares. Nesse sentido, é possível observar como as mudanças socioculturais durante as últimas décadas têm provocado alterações lexicais na língua.

Considerando as regras normativas das línguas românicas, como é o caso do português, a referência a grupos de seres humanos formados simultaneamente por homens e mulheres deve ser feita, via de regra, pelo uso de formas nominais com flexões de gênero gramatical masculino, pois, segundo gramáticos como Bechara (2009: 132), “o masculino é uma forma geral, não marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer [...]”. Contudo, nas últimas décadas, movimentos sociais em busca de uma maior igualdade de gênero têm pautado discussões a respeito da necessidade de mudança em determinados usos linguísticos que poderiam, de certa forma, ser considerados não inclusivos e excludentes da figura feminina (Lagares 2018; Guerrero Salazar 2020; Escandell Vidal 2020). Para Mäder e Severo (2016: 246), “uma mudança gramatical com o objetivo de eliminar marcas sexistas da língua seria, por exemplo, a não utilização do gênero gramatical masculino para a referência a homens e mulheres (masculino genérico)”, isto é, uma mudança em um uso prescrito pelas gramáticas tradicionais.

Dessa forma, para compreender uma possível mudança no uso do *masculino genérico*, um dos focos deste estudo é a análise dos chamados *nomes gerais*, empregados para a referência a seres humanos como formas lexicais possíveis no processo de busca por um uso mais igualitário da língua na referência a grupos formados por homens e mulheres. Pelo exposto, constituem questões relevantes para este trabalho: estariam os usos de formas nominais de referência a seres humanos se modificando para atender a demandas sociais visando a uma linguagem mais inclusiva no que diz respeito à equidade de gênero? Qual a relevância do uso dos nomes gerais para seres humanos nessa busca por uma modificação no uso da língua?

Para a elaboração das discussões e das análises dos dados, este trabalho, primeiramente, apresenta uma retomada teórica a respeito dos estudos lexicais de referência a seres humanos, com destaque especial às pesquisas sobre os nomes gerais, bem como uma apresentação geral sobre as

reflexões e as propostas vinculadas ao ativismo pela construção de uma linguagem inclusiva. Em seguida, apresenta-se a metodologia usada para a coleta e tratamento dos dados analisados, seguida da apresentação dos resultados obtidos e de sua discussão. Por fim, são expostas as principais conclusões do estudo, as quais se concentram na importância dos nomes gerais e nas mudanças quantitativas ocorridas na comparação dos dados de 2011 e de 2017.

1. Fundamentação teórica

1.1. O léxico para a referência aos seres humanos

Quando se deseja fazer referência a um indivíduo determinado, o recurso preferido para esse ato costuma ser o nome próprio. Conforme Mihatsch (2015: 61), se o nome próprio não está disponível, seja porque é desconhecido, seja porque se deseja evitá-lo por diferentes razões, os falantes empregam nomes com conteúdo semântico mais específico, quase sempre com lexemas ou marcas que indicam o sexo dos referentes, como *homem, mulher, filho*, etc. ou sintagmas nominais com nomes relacionais, como *sua mãe, meu colega, seu amigo*, etc., os quais indicam as relações familiares ou sociais. A distinção de sexo também é relevante no caso da referência por meio de nomes próprios, especialmente por prenomes, já que a maioria destes é associada ou ao sexo masculino (*José, João, Pedro*) ou ao sexo feminino (*Ana, Maria, Clara*). Na referência pronominal, diferentemente dos dêiticos de primeira e segunda pessoa, os pronomes de terceira pessoa possuem marcas morfológicas de gênero (*ele(s) – ela(s)*).

A situação muda quando se deseja fazer uma referência indeterminada ou não específica ou genérica, particularmente em contextos quando a intenção é fazer referência a um grupo de pessoas formado por indivíduos de gêneros/sexos diferentes¹. Nesse caso, o locutor terá que escolher entre formas pronominais ou nominais, as quais recebem, em sua maioria, marca de gênero gramatical na língua. Entre as estratégias de que dispõe o falante para esses tipos de referência a seres humanos, estão os nomes gerais, compreendidos como unidades linguísticas que possuem traços semânticos mínimos, tais como *pessoa, indivíduo, pessoal, povo*, entre outras (Halliday e Hasan, 1976)². Esses elementos, que se distanciam das relações típicas de hiperonímia, são itens dotados de uma intensão mínima e uma extensão máxima, ou seja, possuem pouco conteúdo semântico, mas uma capacidade de denotar um grande conjunto de entidades (Amaral e Ramos 2014; Koch e Oesterreicher 2007).

Nas últimas décadas, os nomes gerais têm despertado a atenção de muitos pesquisadores, especialmente após os trabalhos pioneiros que demonstraram sua importância para a coesão lexical (Adler e Moline 2018). Esses itens são analisados sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, como a semântica lexical (Adler 2017; Amaral 2017; Cappeau e Schnedecker 2018; Mihatsch

1 Embora se reconheça a importância das discussões e dos estudos relacionados às questões de identidade de gênero, como aquelas relacionadas à cisgeneridade ou à transgeneridade, este trabalho não aborda tais aspectos. Ao mencionar termos como *gênero* ou *sexo*, mantém-se a distinção tradicional entre homens e mulheres.

2 A literatura sobre o tema tem demonstrado que, embora não seja possível falar em uma lista fechada de nomes gerais, há elementos que possuem o traço [-humano], como *coisa, negócio, troço*, etc., e outros que possuem o traço [+humano], como *pessoa, indivíduo, sujeito, cara, pessoal, povo*, etc. Estes últimos são o foco deste trabalho.

2015, 2017; Mostrov e Aleksandrova 2018; Schnedecker 2015), a linguística de corpus (Benninghoven 2018; Mahlberg 2006), a gramaticalização (Amaral e Mihatsch 2019; Mihatsch 2017), entre outras.

Com base nos resultados já obtidos sobre essa categoria de nomes, pode-se afirmar que os nomes gerais, entre outras propriedades: a) constituem uma classe heterogênea de itens que estão entre o léxico e a gramática (Halliday e Hasan 1976); b) possuem uma frequência relevante no léxico das línguas naturais (Mahlberg 2006); c) estão na base da formação de diferentes pronomes (Heine e Song 2011). Além dessas características, a hipótese que sustenta este trabalho é que essa categoria de nomes também cumpre um papel fundamental para a produção de uma linguagem mais inclusiva.

Com efeito, ao se considerar, por exemplo, o nome *peessoa* na legislação brasileira, observa-se que foi usado para a redação do art. 1º do Código Civil de 2002 (“Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”), sendo excluída a forma *homem* presente no Código Civil de 1916 (“Todo *homem* é capaz de direitos e obrigações na ordem civil”). De modo semelhante, a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, alterou a redação do inciso II do § 1º do artigo 227 da Constituição da República, substituindo “os portadores de deficiência física” por “as pessoas portadoras de deficiência física” (Amaral 2020). Além dessas alterações já efetuadas na escrita de normas legais, acredita-se que, devido à existência de movimentos sociais que procuram tornar a linguagem mais inclusiva, tal como será discutido na próxima seção, mudanças em outros gêneros textuais também estejam ocorrendo.

1.2. A linguagem inclusiva³

Diferentemente do que se encontra em outros países, especialmente em nações hispano-falantes, em que há uma grande quantidade de manuais publicados por instituições públicas em defesa de uma escrita considerada inclusiva (Bengoechea 2015; Tosi 2019), no Brasil, embora haja diversas publicações nesse sentido por parte de instituições não governamentais e de grupos que defendem uma mudança na língua, não se verifica a mesma proliferação por parte de entes ou órgãos públicos. Um caso particular de uma entidade pública que editou uma obra como essa se encontra no estado do Rio Grande do Sul (RS).

Em 2014, o governo desse estado publica o *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*, identificado neste trabalho como MUNSL (Toledo et al. 2014). Trata-se de um documento que orienta e prescreve o uso da língua oficial a ser aplicada em documentos dos mais diversos tipos nos órgãos da administração pública. Embora seja um documento do Poder Executivo, acredita-se que suas orientações possam repercutir em textos de diferentes domínios das modalidades falada e escrita. Sua elaboração visa à promoção de uma linguagem que se apresente como menos sexista e mais inclusiva às lutas de equidade de gênero entre homens e mulheres na instância dos serviços do Estado e na sociedade em geral:

3 Em muitos trabalhos, fala-se em *linguagem não sexista* em oposição a uma suposta linguagem sexista. Como, neste trabalho, assume-se que o sexismo não é um traço que possa ser atribuído a um sistema linguístico, uma vez que tem caráter subjetivo, adota-se a oposição entre *linguagem inclusiva versus não inclusiva*.

[...] aspiramos promover, dentro das instituições públicas, o uso de uma linguagem inclusiva onde seja visível a presença, a situação e papel das mulheres na sociedade em geral e no discurso da administração pública em particular, tal e como ocorre com os homens. Pretendemos contribuir para eliminar dos documentos, ofícios, relatórios, circulares, convocatórias, cartazes, materiais didáticos, etc. (elaborados nessas instituições) o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso correto que contribua para a equidade de gênero (Toledo *et al.* 2014: 16).

Dessa forma, o texto do manual procura atuar de um modo a instrumentalizar e prescrever um uso considerado mais inclusivo da língua. Entre as várias estratégias linguísticas discutidas e exemplificadas no material para substituir nomes com marca do gênero gramatical masculino (1a)-(5a), estão: a) emprego de construções indeterminadas (1b); b) uso de palavras genéricas como *população* (2b) ou *peçoas* (3b)-(4b); nomes abstratos como *direção* (5b):

- (1a) **Os habitantes** nunca estão contentes com o transporte.
- (1b) Nunca **se** está contente com o transporte.
- (2a) **Os indígenas** terão crédito.
- (2b) A **população** indígena terá crédito.
- (3a) **Os interessados** em participar.
- (3b) As **peçoas** interessadas em participar.
- (4a) **Os maiores de idade** receberão uma.
- (4b) As **peçoas** maiores receberão uma.
- (5a) **O diretor** do centro comunica.
- (5b) A **direção** do centro comunica (Toledo *et al.* 2006: 55 e ss.).

Independentemente da existência ou não de equivalência das construções de (1a)-(5a) com as de (1b)-(5b), a qual deve ser motivo de reflexão pelo locutor, pode-se observar que, entre as estratégias propostas, os nomes gerais são sugeridos como unidades úteis para uma linguagem avaliada como inclusiva. Com efeito, em praticamente todos os manuais publicados, é possível observar a presença de nomes gerais como *peçoas*, *população*, *povo*, entre outros, que são considerados um recurso linguístico inclusivo. Nesse sentido, o interesse deste estudo em observar especificamente o uso dos nomes gerais como parte fundamental em um uso mais inclusivo da língua portuguesa parte das próprias estratégias comumente sugeridas.

Ainda sobre os modos de se construir um discurso que seja considerado mais inclusivo entre homens e mulheres, Mäder e Severo (2016: 257) destacam que há outras estratégias que têm sido socialmente propagadas e que podem ser consideradas linguisticamente menos comuns, como a utilização, somente na escrita, de marcas e símbolos, em substituição a marcas de gênero masculino ou feminino, “conforme se atesta em casos como *alun@s* ou *alunxs*. Assim, as formas @ e x – usadas em gêneros [textuais] escritos informais – apontariam para a inscrição de significados genéricos de gênero que fossem isentos da cisão masculino-feminino”. Pode-se incluir também, entre as alterações vistas como mais complexas, a aplicação de um morfema de gênero neutro “-e”, em exemplos como *menines*, em contraste a *meninos* e *meninas*, como uma forma de não marcar uma distinção de gênero.

No entanto, defende-se aqui que seriam especialmente esses usos menos comuns, vistos como alterações mais complexas no sistema linguístico, os responsáveis por movimentos contrários às demandas por um uso mais inclusivo da língua. Para Lagares (2018), a linguagem por si pode ser considerada um campo de batalhas ideológicas, assim movimentos sociais em defesa de alterações na língua são vistos como agentes de uma intervenção não autorizada ou mesmo desnecessária nos usos linguísticos, o que alimenta movimentos mais conservadores em defesa de normas mais padronizadas.

Embora esses últimos exemplos citados não configurem o foco dos dados analisados neste estudo, eles são parte importante para a compreensão de como as condições sociais, externas aos sistemas linguísticos, têm contribuído para modificações, ou não, nos usos da língua e para o avanço de formas variáveis.

2. Procedimentos metodológicos⁴

A amostra de dados deste trabalho constitui-se de pronunciamentos realizados por deputados e deputadas estaduais do estado do Rio Grande do Sul. Com a finalidade de realizar uma comparação diacrônica, foram delimitadas duas sincronias: pronunciamentos realizados em 2011 (doravante *Amostra 1*) e em 2017 (doravante *Amostra 2*). Cabe destacar que os anos de 2011 e de 2017 fazem parte de duas legislaturas distintas (53^a e 54^a, respectivamente), o que permite observar uma variação entre deputadas e deputados reeleitos ou não. Além disso, o ano de 2011 também marca um período anterior à publicação do MUNSL, sendo esse, portanto, um marco relevante para a análise do fenômeno estudado.

Os dados foram coletados no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (doravante ALRS), no qual os pronunciamentos dos deputados e deputadas estão organizados por parlamentar. Os textos foram armazenados em arquivo de texto (formato .txt) para que pudessem ser, posteriormente, tratados e manipulados por meio do *software freeware* concordanciador de análises linguísticas AntConc (Anthony 2018). A Amostra 1 está composta por 118.510 tokens (10.699 types) e a Amostra 2 por 92.419 tokens (10.062 types), o que demonstra equilíbrio na composição dos dados de ambas as sincronias.

Nas amostras coletadas, foram identificados os sintagmas com referência a conjuntos de homens e mulheres, obedecendo-se o critério de frequência fornecido pelo *software* citado⁵. Os exemplos (6) a (9) ilustram os usos identificados entre os dados estudados. Em todos os casos, o referente dos sintagmas destacados é interpretado como um conjunto formado por indivíduos de gêneros diferentes, porém, em (6) e (7), observa-se apenas a presença da marca gramatical de gênero masculino, ao passo que nos outros dois exemplos são utilizadas estratégias inclusivas: a duplicação em (8) e o nome geral *pessoas* em (9).

4 Informações mais detalhadas a respeito dos procedimentos metodológicos empregados na coleta, no tratamento e na análise dos dados apresentados neste estudo podem ser consultadas em Santos (2019).

5 Foram excluídos da contagem os elementos não nominais, tais como itens de natureza gramatical, como *pronomes* (exceto *algum, aquele, dele, outro, todo* e suas flexões), *artigos, preposições, conjunções, advérbios, verbos* (exceto as formas nominais dos verbos no particípio, pois, por uma perspectiva da gramática normativa, eles podem “desempenhar as funções próprias dos nomes substantivos e adjetivos” (Cegalla 1989: 163). Para Perini (2010: 254), “podemos distinguir os nominais da língua entre aqueles que têm potencial referencial (podem se referir a uma coisa) e os que não têm”.

- (6) Após 884 horas de aulas, **1.895 alunos** receberam seus certificados. (RS17M-Frederico Antunes)⁶
- (7) No que concerne à questão de concessão de pedágios, entretanto, temos contratos, mas não existe fiscalização suficiente. Não há respeito ao **cidadão**, que se vê lesado porque não há cumprimento contratual. (RS11F-Marisa Formolo)
- (8) Por isso, 250 milhões de reais por mês, dinheiro **das gaúchas** e **dos gaúchos**, não estão indo para o governo federal. (RS17M-Gabriel Souza)
- (9) Muitas vezes **as pessoas** pensam que a política só está presente na questão partidária. A política está em qualquer atividade profissional. (RS11M-Cassiá Carpes)

Com base na frequência fornecida, foi identificado um total de 53 unidades lexicais, listadas no Anexo 1, que totalizam 1.538 ocorrências e constituem o conjunto de dados deste trabalho. Em um segundo momento, tais ocorrências foram analisadas e classificadas a partir dos critérios expostos no quadro 1:

| Estratégia empregada | | |
|----------------------|--------------|--------|
| Não inclusiva | Inclusiva | |
| Masculino genérico | Nomes gerais | Outras |

Quadro 1. Critérios de classificação das ocorrências

A aplicação desses critérios de classificação permitiu a identificação de usos considerados não inclusivos, isto é, as referências a grupos de seres humanos compostos por homens e mulheres feitas por meio de itens lexicais flexionados em formas masculinas (10). Esse critério partiu do entendimento presente no MUNSL do que seria um uso não inclusivo para as mulheres. Foi possível identificar também os usos considerados inclusivos, sendo que eles poderiam se dar de diferentes formas, entre elas: a) duplicação de nomes em flexões masculinas e femininas (11); b) duplicação de pronomes de tratamento (12); c) uso de nomes de caráter coletivo (13), etc. Entre as formas inclusivas, optou-se por destacar aqueles usos feitos pela aplicação de um nome geral de referência a seres humanos (14).

- (10) Hoje os **professores** da nossa rede recebem 1 mil e 200 reais, ou melhor, nem recebem, só recebem aqueles que ganham até 1 mil e 200 reais. (RS17M-Tarcisio Zimmermann)
- (11) [...] geram empregos e trazem retorno imediato para a nossa Nação, que haja um respeito aos direitos dos **trabalhadores** e das **trabalhadoras**. (RS17M-Jeferson Fernandes)
- (12) Saúdo as **Sras.** e os **Srs. Dirigentes** e **Representantes** de entidades e órgãos públicos; as **Sras.** e os **Srs. Representantes** da imprensa, em especial da imprensa aqui da Casa [...] (RS11M-Jurandir Maciel)

6 Todos os exemplos citados retirados do conjunto de dados estudados neste trabalho estão identificados, em todo texto, por um código que representa: o estado da federação ao qual se refere o dado (RS = Rio Grande do Sul); o ano (11 = 2011; 17 = 2017); o sexo do(a) parlamentar (F = feminino; M = masculino); seguido do nome parlamentar.

- (13) Saúdo o **público** que nos dá a honra da presença e também os que nos acompanham pela TV Assembleia. (RS17M-Pedro Ruas)
- (14) Queremos que a política seja feita com respeito a todo e qualquer **ser humano**. (RS11M-Miki Breier)

O tratamento e a classificação das ocorrências possibilitaram uma análise quantitativa dos dados e a compreensão do processo de variação entre as amostras estudadas. Os resultados apresentados e comentados a seguir partem dos valores absolutos observados para recortes mais específicos, entre eles o comportamento dos nomes gerais, o que possibilita uma análise mais direta da relevância desses itens lexicais no processo de uso de estratégias consideradas mais inclusivas.

3. Resultados e discussão

3.1. Resultados gerais das amostras

Conforme explicado na seção anterior, foram coletadas 1.538 ocorrências de usos de estratégias nominais para referência conjunta a homens e mulheres. A classificação de cada caso resultou na identificação de usos considerados inclusivos e não inclusivos nos dois conjuntos de dados, amostras 1 e 2, conforme tabela 1:

| Usos | Amostra 1 | Amostra 2 |
|----------------------|-------------|-------------|
| Inclusivo | 31,2% / 240 | 45,6% / 350 |
| Não inclusivo | 68,8% / 530 | 54,4% / 418 |
| TOTAL | 100% / 770 | 100% / 768 |

Tabela 1. Valores percentuais e ocorrências de usos inclusivos e não inclusivos

A partir da análise dos dados totais, já é possível identificar uma diferença, considerando as duas amostras, ou sincronias, estudadas. Nota-se que, entre os usos nominais considerados inclusivos, há um crescimento percentual, de 31,2% para 45,6%. Essa diferença, considerando os valores totais, representa um aumento de 7,2% de casos classificados como inclusivos entre as duas amostras.

Por outro lado, os valores acima também indicam a redução de usos de formas nominais que podem ser consideradas não inclusivas, no uso da língua, para a figura da mulher, de 530 ocorrências nos dados da Amostra 1, para 418 na Amostra 2, uma redução de 7,3% de usos não inclusivos consideradas as duas amostras. Nesse sentido, existe um indicativo de possível mudança na escolha das formas lexicais no contexto estudado.

As informações apresentadas na tabela 1, apesar de indicarem uma possível mudança, não podem ser tomadas como indicativos absolutos ou únicos desse processo. Ademais, pelo fato de os

nomes gerais de referência a seres humanos aparecerem de modo recorrente como estratégia para uma língua inclusiva nos manuais existentes para esse fim, entender a contribuição desses itens lexicais nos dados estudados torna-se essencial.

Além disso, como visto no Anexo 1, os nomes gerais *pessoa(s)* e *povo* apresentam números de ocorrências sensivelmente mais elevados que os demais itens analisados. Assim, optou-se por verificar o comportamento dos dados quando excluídos os nomes gerais para referência a seres humanos e também por analisá-los separadamente, pois esses nomes sozinhos representam 25,2% dos dados totais e 65,6% dos usos considerados inclusivos. Caso contrário, eles poderiam enviesar os resultados apresentados. Ademais, a separação dos nomes gerais nos dados contribui para compreensão do comportamento das outras estratégias inclusivas.

Ao retirar os nomes gerais da contagem, os valores de casos considerados inclusivos mantiveram a mesma tendência de variação entre as amostras: de 64 para 139 ocorrências entre as amostras 1 e 2 respectivamente, o que representa um aumento de 6,5% no uso de estratégias classificadas como inclusivas na referência a grupos de homens e mulheres.

As tendências apresentadas, além de indicarem um cenário de variação geral no uso de estratégias para a construção de uma língua mais inclusiva, apontam para a relevância do uso dos nomes gerais nesses contextos, tema que será abordado na próxima seção.

3.2. A importância dos nomes gerais entre as estratégias para uma linguagem inclusiva

Os nomes gerais para referência a seres humanos, além de terem uma relevância para o estudo de outros fenômenos da língua, tal como comentado anteriormente, são um importante conjunto de itens nominais para contextos em que a identificação dos referentes não é possível ou não é desejada. Por esse motivo, fazem parte, de modo constante, das sugestões de estratégias para se construir uma língua mais inclusiva.

No conjunto de dados estudados neste trabalho, os nomes gerais *gente*, *humanos*, *pessoa(s)*, *pessoal*, *povo*, *ser(es) humano(s)* representam uma significativa parte da amostra, 25,2% dos dados totais e 65,6% dos usos classificados como inclusivos, mesmo que totalizem apenas 6 entre os 53 itens lexicais coletados, como se observa no Anexo 1. Esses valores corroboram estudos anteriores sobre os nomes gerais citados no início deste texto e reforçam sua alta frequência no léxico das línguas naturais (Amaral e Ramos 2014; Mahlberg 2006).

O gráfico 1 a seguir ilustra a variação dos tipos de estratégias de uso inclusivo da língua analisados nos dados, separados entre *nomes gerais* e *outras estratégias inclusivas*. Nota-se que, em valores percentuais, apesar de os nomes gerais apresentarem uma redução de casos entre as amostras, eles ainda quantificam ocorrências mais numerosas entre os usos inclusivos.

A tabela 2 contém o percentual de cada um dos nomes gerais presentes entre os dados classificados como inclusivos.



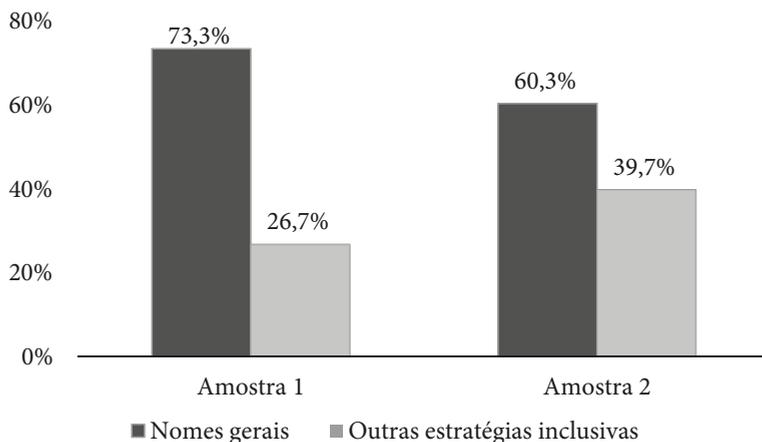


Gráfico 1. Percentual do uso de nomes gerais e de outras estratégias inclusivas nas duas amostras

| Nome geral | Inclusivo | | Total nas duas amostras |
|-------------------|-----------|-----------|-------------------------|
| | Amostra 1 | Amostra 2 | |
| gente | 1,7% | 2% | 1,9% |
| humanos | - | 0,6% | 0,3% |
| pessoa(s) | 45,8% | 20,3% | 30,7% |
| pessoal | 2,5% | 5,7% | 4,4% |
| povo | 20,4% | 30% | 26,1% |
| ser(es) humano(s) | 2,9% | 1,7% | 2,2% |
| TOTAIS | 73,3% | 60,3% | 65,6% |

Tabela 2. Valores percentuais de nomes gerais em relação ao total de usos inclusivos

Ao observar os resultados da tabela 2, nota-se uma preferência pelos nomes *pessoa(s)* e *povo*. Essa tendência pode ser explicada pelo tipo de texto analisado, discursos parlamentares nas assembleias legislativas, e pelo próprio processo de mudança pelo qual esses itens passam, como é o caso do nome *pessoa*, que, segundo estudos anteriores, apresenta uma alta frequência na língua portuguesa e passa por um processo de pronominalização (Amaral e Ramos 2014; Amaral e Mihatsch 2019). Esses resultados, ademais, se alinham àqueles encontrados por Benninghoven

(2018). A autora, ao analisar os mesmos nomes gerais de Halliday e Hasan (1976) em diferentes subcorpora do inglês britânico, verifica uma alta frequência de nomes como *person* em decisões judiciais e de *people* em manifestos políticos e em debates parlamentares.

Os exemplos (15) a (19), retirados do conjunto de dados estudados, representam usos do nome geral *pessoa(s)* aplicados em contextos de referências consideradas inclusivas, isto é, não há a marcação de formas masculinas genéricas, embora, em alguns casos, esta pudesse ser uma estratégia, como no exemplo (19), cujo uso mais tradicional para a sentença, no contexto, seria o nome “deputados”.

- (15) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Saúdo as **pessoas** que participam desta sessão, os telespectadores e telespectadoras da TV Assembleia e a imprensa aqui presente. (RS17M-Adão Villaverde).
- (16) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Dirijo-me, também, às **pessoas** que participam desta sessão. (RS11M-Miki Breier)
- (17) As **pessoas** que fazem parte da equipe estão, todas, imbuídas para fazer um bom trabalho, na convergência [...] (RS11M-Sr. Alceu Barbosa)
- (18) É interessante o fato de que o turismo gera emprego à **pessoa** menos qualificada e à mais qualificada também, de todas as classes, independentemente de condição social, profissional. (RS11M-José Sperotto)
- (19) De vez em quando, ouço determinadas **pessoas** que estão sempre do lado da oposição, do lado da crítica, que dizem que nada serve [...] (RS17M-Luis Augusto Lara)

Os exemplos (15) e (16) também destacam uma característica relevante sobre o uso das estratégias para uma língua mais inclusiva, pois representam aberturas de um discurso. No contexto analisado, são falas em plenário de uma casa legislativa, com público diverso e possivelmente composto por homens e mulheres. Dessa maneira, nota-se uma tentativa de não marcar possíveis formas masculinas, que comumente ocupariam tais contextos, como “todos que participam” ou “todos os presentes”. Essas estruturas nominais marcadas por nomes gerais, em contextos de saudações ou vocativos, muito frequentes nas amostras, são recorrentemente apresentadas nos manuais e guias existentes que sugerem usos mais inclusivos da língua (Toledo *et al.* 2014).

Outro nome geral, *povo*, está em segundo lugar no número de ocorrências entre os itens lexicais estudados, com 154 usos, responsável por 26,1% dos contextos considerados inclusivos. A alta frequência desse nome tem relação direta também com a origem dos dados, pois é muito comum que parlamentares, deputados e deputadas, façam referência a conjuntos de pessoas – homens, mulheres, adultos, crianças – com conotação política, sendo essa uma das características desse nome geral. Segundo Pereira (2014), em estudo do nome *povo* em uma perspectiva histórico-política, o item sempre esteve relacionado a usos que visavam separar terminados grupos sociais e, embora o conceito de *povo* tenha se transformado desde o século XIX, seu significado ainda mantém relação próxima com a representação de uma identidade coletiva, política, cultural ou social.

O exemplo (20) ilustra um uso do nome geral *povo* que pode ser considerado mais extensivo desse item, isto é, a construção de uma referência em que há a intenção de nomear um conjunto amplo e genérico de seres humanos:



- (20) Um **povo** que não quer simplesmente se curvar ao que, muitas vezes, é imposto de uma forma muito dura [...] (RS17F-Regina Becker Fortunati)

Por outro lado, destaca-se como esse nome geral, apesar de sua capacidade de construir referências genéricas, muitas vezes é sucedido sintaticamente por modificadores, como adjetivos ou sintagmas preposicionados. Esses elementos que o acompanham possibilitam caracterizações um pouco mais específicas do conjunto de seres humanos ao qual o sintagma se refere, sem, contudo, identificar os referentes em si ou traços como gênero/sexo. Essas características são vistas nos exemplos (21) a (24):

- (21) Agora, poderemos – quem sabe? –, em condições normais, debater esse instrumento, que é do **povo** gaúcho, é dos servidores deste Estado. (RS17M-Altémir Tortelli)
- (22) concentra na figura de Zumbi, último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o exemplo de luta do **povo** negro contra a vergonhosa prática de escravidão vivida neste País por 300 anos, no período colonial. (RS17F-Stela Farias)
- (23) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Não poderia deixar de refletir aqui com V. Exas. e o **povo** do Rio Grande sobre o assunto que foi matéria do repórter Giovani Grizotti no programa Fantástico [...] (RS11M-Cassiá Carpes)
- (24) Ela será retomada no âmbito da luta sindical, da luta popular, da luta do **povo** trabalhador em torno de um projeto de iniciativa popular de revogação ou, então, em torno da plataforma [...] (RS17M-Tarcisio Zimmermann)

Com relação ao nome geral *pessoal*, que apresenta 4,4% dos usos considerados inclusivos, aponta-se que foi o terceiro nome geral mais usado nas amostras. Salienta-se que, em língua portuguesa, *pessoal* pode pertencer à classe de adjetivos, como em *vida pessoal* ou *informações pessoais*, ou à de substantivos, como nos exemplos (25) e (26), sendo esses últimos amostras de usos considerados inclusivos na referência a grupos de seres humanos:

- (25) Sou do tempo do movimento estudantil e dos jogos escolares. Sempre jogávamos com o **pessoal** de Venâncio Aires, que tem essa característica: no turfe, lá no Manguirão; na cancha de bocha; no bolão; e também no futebol [...] (RS17M-Edson Brum)
- (26) Em São Paulo, por exemplo, estima-se que em torno de 300 mil trabalhadores vão para o serviço diariamente de bicicleta – número maior do que o **pessoal** que anda de táxi. (RS11M-Catarina Paladini)

Ainda sobre *pessoal*, esse nome pode indicar conjuntos menores e mais específicos ou conjuntos maiores e, assim, mais genéricos. Os dados estudados para esse item de fato refletem esse apontamento, reforçando também a possibilidade do uso desse nome como uma estratégia de referência inclusiva na língua portuguesa. Ressalta-se, também, como alguns manuais de uso inclusivo da língua, entre eles o MUNSL, trazem o nome *pessoal* como uma estratégia sugerida para se evitar o masculino genérico:

- (27a) Todos os **trabalhadores** poderão ir ao jantar com as suas esposas.
 (27b) O **pessoal** poderá ir ao jantar acompanhado (Toledo *et al.* 2014: 50).

Com relação aos nomes *ser(es) humano(s)*, *gente* e *humanos*, os três itens apresentam as menores taxas de ocorrência entre os nomes gerais analisados, respectivamente, 13, 11 e 2 ocorrências, o que representa 4,4% dos usos inclusivos. A baixa frequência desses itens se explica por diferentes motivos, seja pelos processos de mudança pronominal que sofre o português, seja pelas características das amostras.

O nome geral *gente* está mais relacionado a contextos de falas informais e espontâneas, diferentemente dos dados deste estudo, composto por falas com maior grau de formalidade e menor espontaneidade. Além disso, esse nome passou por um processo de pronominalização na construção a *gente*, que se consolidou como pronome pessoal de 1ª pessoa do plural, em variação com a forma conservadora *nós*. Estudos anteriores, como Lopes (2007) e Amaral e Mihatsch (2016), já indicam esse processo de mudança do nome *gente*, o que explica uma maior restrição nos contextos de uso. Porém, é importante destacar que, apesar das restrições linguísticas e do pouco uso nos dados deste estudo, o nome *gente* aparece nas instruções do MUNSL. Os exemplos (28) e (29) ilustram alguns usos inclusivos observados nas amostras:

- (28) Como poderão atender mais **gente** se a ideia é só reduzir o teto de 40 para 20 ou 30? (RS11M-Giovani Feltes)
 (29) Finalizo pedindo a Deus que abençoe o Rio Grande do Sul, os empresários e os empreendedores e seus empregados e a toda a **gente** do nosso amado Rio Grande. (RS17F-Liziane Bayer)

Os nomes *ser(es) humano(s)* e *humano(s)* mantêm entre si uma proximidade de sentido e características de usos. Ambos se mostram mais frequentes em contextos considerados mais formais, comumente em textos escritos de caráter acadêmico ou científico, como apontam estudos anteriores (Amaral, 2017).

É importante salientar ainda que o nome *humano(s)* mostra-se pouco frequente nos manuais e guias para uso inclusivo da língua e apresenta uma baixa frequência nas amostras estudadas. Os exemplos (30) e (31) indicam usos de *ser(es) humano(s)* e *humano(s)* observados nos dados:

- (30) Em hipótese alguma, os **seres humanos** são melhores do que os outros; são absolutamente diferentes. (RS11M-Miki Breier)
 (31) Graças a essa pesquisa, ele foi valorizado e colocado como alimento nobre para os **humanos** e também para os animais. (RS17M-Zé Nunes)

Para compreender melhor a relevância dos nomes gerais entre as estratégias propostas para uma linguagem inclusiva, faz-se necessário observar em quais contextos o uso de uma referência considerada inclusiva, como a duplicação de um item nominal, ou uma estratégia não inclusiva, o masculino genérico, poderia ser substituída por um nome geral de referência a seres humanos.

Considerando os valores totais das amostras 1 e 2 e excluídos os nomes gerais, foram identificadas 103 ocorrências inclusivas (de um total de 203) que permitiriam a substituição da estratégia empregada – já considerada inclusiva – por algum nome geral, o que representa 50,7% de casos

em que o uso de um nome geral seria produtivo sem modificação do sentido do trecho. Exemplo desse caso pode ser visto no fragmento (31a) e sua paráfrase (31b):

(31a) [...] compreensão deste projeto é de que essa proteção, esse auxílio, essa assistência não são meramente do ponto de vista da segurança pessoal **do cidadão** ou **da cidadã** ameaçados, mas envolvem a sua família, o auxílio psicológico, o auxílio de moradia alternativa se for necessário, etc. [...] (RS11M-Raul Carrion)

(31b) [...] compreensão deste projeto é de que essa proteção, esse auxílio, essa assistência não são meramente do ponto de vista da segurança pessoal **das pessoas** ameaçadas, mas envolvem a sua família, o auxílio psicológico, o auxílio de moradia alternativa se for necessário, etc. [...]

Com relação às ocorrências classificadas como não inclusivas, entre um total de 948 usos, 425 permitiriam o uso de um nome geral como estratégia inclusiva sem modificação do sentido da sentença, isto é, em 44,8% das ocorrências não inclusivas, o uso de um nome geral mostrou-se possível. As paráfrases de (32a) e (33a), apresentadas em (32b) e (33b), ilustram esses contextos:

(32a) É justo que todo **cidadão** gaúcho, inclusive estudantes, ganhe essa anistia. (RS11M-Edson Brum)

(32b) É justo que todo o **povo** gaúcho, inclusive estudantes, ganhe essa anistia.

(33a) Justifico que minha solicitação é a voz **daqueles** que me elegeram como deputado estadual neste Estado. (RS17M-Pedro Pereira)

(33b) Justifico que minha solicitação é a voz **das pessoas** que me elegeram como deputado estadual neste Estado.

A partir dos valores observados, tanto em contextos considerados inclusivos quanto naqueles classificados como não inclusivos, pode-se comprovar, portanto, como os nomes gerais para referência a seres humanos podem ser relevantes para um uso mais inclusivo da língua, demonstrando, de fato, a efetividade das sugestões previstas em muitos manuais. Para terminar, apresentam-se os resultados referentes às diferenças entre as duas sincronias.

3.3. Diferenças entre as estratégias nas legislaturas de 2011 e de 2017

Conforme já explicado, o conjunto de dados coletados em cada amostra deste estudo corresponde a pronunciamentos de deputados e deputadas de duas diferentes legislaturas da ALRS, 53ª legislatura em 2011 e 54ª legislatura em 2017. Para buscar compreender o comportamento dos diferentes parlamentares com relação aos usos linguísticos classificados como inclusivos ou não, foi realizado o cálculo da média de usos das ocorrências entre cada deputado e deputada no conjunto de pronunciamentos⁷.

⁷ Informações detalhadas sobre o cálculo das médias apresentadas na seção 3.3 deste estudo podem ser consultadas em Santos (2019).

A tabela 3 apresenta os valores médios calculados com base nos dados gerais referentes aos deputados e deputadas que foram reeleitos e reeleitas entre as duas legislaturas, isto é, as amostras 1 e 2 trazem usos médios realizados pelos mesmos indivíduos:

| | Amostra 1 | Amostra 2 |
|----------------------|-----------|-----------|
| Inclusivo | 5,1 | 6,9 |
| Não inclusivo | 14,7 | 11,2 |

Tabela 3. Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas

Por outro lado, a tabela 4 refere-se a dois conjuntos diferentes de parlamentares, pois os indivíduos que compunham parte da Amostra 1, em 2011, não se reelegeram para a 54ª legislatura (dados de 2017). Dessa forma, parte da Amostra 2 representa uma nova composição da ALRS.

| | Amostra 1 | Amostra 2 |
|----------------------|-----------|-----------|
| Inclusivo | 6,5 | 11,2 |
| Não inclusivo | 10,3 | 11,3 |

Tabela 4. Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura

A partir dos dados da tabela 3, nota-se um pequeno aumento na média de usos considerados inclusivos entre os/as parlamentares que se reelegeram entre as duas legislaturas, uma diferença de 1,8 nas médias. Em um mesmo sentido, é possível observar uma redução de 3,5 usos médios classificados como não inclusivos entre parlamentares reeleitos.

Por outro lado, entre os deputados e as deputadas que não se reelegeram, isto é, com mandatos apenas em uma das legislaturas, verifica-se uma diferença de 4,7 nas médias de usos inclusivos, e também um aumento de 1,0 nos valores médios de usos não inclusivos.

Com efeito, essa variação indica uma possível uniformidade de usos entre todo o conjunto de parlamentares. Aqueles que se elegeram apenas para a 54ª legislatura (tabela 4, Amostra 2) apresentaram valores médios de usos inclusivos maiores em relação àqueles que atuavam como parlamentares apenas na 53ª (tabela 4, Amostra 1), assim como em relação à média de usos entre os deputados e deputadas que se reelegeram. Por outro lado, esses últimos apresentaram também uma pequena redução de usos que podem ser considerados não inclusivos. Assim, nota-se possivelmente uma maior preocupação na referência a seres humanos, seja a fim de se empregar estratégias mais inclusivas, seja para se evitar usos avaliados como não inclusivos.

Contudo, como já comentado, os dados considerados inclusivos com relação ao uso da língua são compostos por *nomes gerais* e *outras estratégias*. Assim, para compreender a influência dos nomes gerais nos usos médios por parlamentares, os valores foram recalculados sem a presença dos nomes gerais, conforme apresentado nas tabelas 5 e 6:

| | Amostra 1 | Amostra 2 |
|----------------------|-----------|-----------|
| Inclusivo | 2,0 | 4,1 |
| Não inclusivo | 14,7 | 11,2 |

Tabela 5. Médias de usos entre parlamentares com mandatos em duas legislaturas desconsiderando os nomes gerais

| | Amostra 1 | Amostra 2 |
|----------------------|-----------|-----------|
| Inclusivo | 3,0 | 4,9 |
| Não inclusivo | 10,3 | 11,3 |

Tabela 6. Médias de usos entre parlamentares com mandato em uma legislatura desconsiderando os nomes gerais

A exclusão dos nomes gerais do cálculo dos valores médios de usos pouco altera as tendências de variações apresentadas nos valores totais, ou seja, mantém-se o aumento de usos avaliados como inclusivos entre todos os indivíduos, tanto aqueles com mandatos em duas legislaturas quanto aqueles com apenas um mandato.

Nesse contexto, nota-se apenas que, entre os/as parlamentares eleitos somente para a 54ª legislatura, os nomes gerais parecem representar usos mais comuns como estratégia inclusiva, pois os valores médios de usos inclusivos, ao serem retirados os nomes gerais, apresentam uma redução de casos entre esses indivíduos: de 11,2 com esses nomes para 4,9 sem eles.

Com efeito, os cálculos aqui apresentados permitem verificar que, embora os valores médios mantenham alterações pouco expressivas entre as amostras 1 e 2, nota-se uma pequena alteração, de acordo com a qual, de 2011 a 2017, houve uma tendência de aumento nos usos de formas nominiais para se referir a seres humanos que são consideradas mais inclusivas. Essa variação de usos médios vai ao encontro dos dados apresentados para os valores analisados por ocorrências, o que indica, possivelmente, uma mudança no uso do léxico influenciada por fatores sociais, em decorrência do aumento das discussões a respeito de uma língua inclusiva e da publicação de guias e manuais que sugerem recursos linguísticos nesse sentido.

Conclusões

Neste trabalho, procurou-se analisar um conjunto de estratégias nominiais para a referência a seres humanos no português brasileiro. Adotou-se como pressuposto geral o fato de que mudanças socioculturais poderiam estar influenciando alterações lexicais. Afinal, é sabido que o léxico de uma comunidade linguística está estreitamente vinculado aos seus aspectos sociais e culturais.

Para tanto, tomaram-se, como objeto de estudo, pronunciamentos parlamentares proferidos nos anos de 2011 e de 2017 em uma unidade da federação, a saber, o estado do Rio Grande do Sul. Partiu-se da hipótese de que as manifestações sociais a favor de uma mudança na linguagem considerada inclusiva, aliadas à existência de um manual publicado pelo governo do Rio Grande do Sul em 2014, poderiam estar exercendo alguma influência no emprego de estratégias para a referência a seres humanos.

Na análise realizada, verificou-se que uma categoria de nomes, chamados de nomes gerais, cumpre um papel importante nesse processo de mudança linguística. Elementos como *gente*, *pessoa*, *peçoal*, *povo* e *(ser) humano*, que possuem poucos traços semânticos, são unidades de grande importância na escolha de formas para a referência conjunta a homens e mulheres. Entre esses elementos, *pessoa*, *peçoal* e *povo* se destacam.

Os resultados encontrados permitem observar mudanças discretas nos discursos parlamentares. Embora não seja possível estabelecer uma relação causal direta entre a publicação do manual de escrita inclusiva e as alterações linguísticas observadas, o fato de que essa obra seja produto de políticas para a igualdade de gênero corrobora a hipótese da influência de fatores sociais (incluindo textos normativos) na linguagem.

Considerando que o português oral vem, ao longo do tempo, reorganizando as formas pronominais a partir de elementos nominais (*a gente*, *a pessoa*, *o peçoal*, etc.), é compreensível que o léxico formal também seja influenciado. Portanto, ao se considerar o léxico português no século XXI, não há como deixar de tratar das estratégias propostas para a linguagem inclusiva e do peso dos nomes gerais (além, obviamente, de cada uma das outras estratégias) nas inovações e tendências do idioma.

Referências bibliográficas

- Adler, S. (2017). Les noms généraux - *shell nouns* - participent-ils à une lecture taxinomique de type Hiérarchie-être? *Syntaxe et sémantique*, 18, 45–66.
- Adler, S.; & Moline, E. (2018). Los noms généraux: présentation. *Langue Française*, 198, 2, 5–18.
- Amaral, E. T. R. (2017). Estudio contrastivo de nombres generales para humanos en español y en portugués. *Lingüística y Literatura*, 72, 54–79.
- . (2020). Mudanças de formas nominais para humanos em dispositivos constitucionais sobre direitos e garantias fundamentais. *Todas as Letras*, 22, 3, 1–17.
- Amaral, E. T. R.; & Mihatsch, W. (2016). Le nom français ‘personne’ en comparaison avec le portugais brésilien ‘pessoa’ et l’allemand ‘Person’ – des noms en voie de pronominalisation? In *Actes du CMLF 2016 – 5e Congrès Mondial de Linguistique Française* (1–17). Les Ulis: SHS Web of Conferences, 27.
- Amaral, E. T. R.; & Mihatsch, W. (2019). Incipient impersonal pronouns in colloquial Brazilian Portuguese based on ‘pessoa’, ‘peçoal’ and ‘povo’. *Linguistische Berichte, Sonderhefte* 26, 149–185.
- Amaral, E. T. R.; & Ramos, J. M. (2014). *Nomes gerais no português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.
- Anthony, L. (2018). *AntConc* (Version 3.5.6). Computer software. Tokyo: Waseda University.

- Bechara, E. (2009). *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revisada, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bengochea Bartolomé, M. (2015). *Lengua y género*. Madrid: Síntesis.
- Benninghoven, V. (2018). *The functions of 'general nouns': theory and corpus analysis*. Berlin: Peter Lang.
- Cappeau, P.; & Schnedecker, C. (2018). Du degré de généralité des noms d'humains (pluriels) *gens, hommes, humains, individus, particuliers, personnes*: différences distributionnelles, sémantiques et génériques. *Langue française*, 198, 2, 65–82.
- Cegalla, D. P. (1989). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Escandell-Vidal, M. V. (2020). En torno al género inclusivo. *IgualdadES*, 2, 223–249.
- Guerrero Salazar, S. (2020). El debate en torno al lenguaje no sexista en la lengua española, *IgualdadES*, 2, 201–221.
- Halliday, M. A. K.; & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. London–New York: Longman.
- Heine, B.; & Song, K. (2011). On the grammaticalization of personal pronouns. *Journal of Linguistics*, 47, 3, 587–630.
- Koch, P.; & Oesterreicher, W. (2007). *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*. Madrid: Gredos.
- Lagares, X. C. (2018). *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola.
- Lopes, C. R. S. (2007). A gramaticalização de *a gente* em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. *Fórum Linguístico*, 4, 47–80.
- Mäder, G. R. C.; & Severo, C. G. (2016). Sexismo e políticas linguísticas de género. In: R. M. K. Freitag, C. G. Severo, & E. M. Görski. *Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos* (pp. 245–260). São Paulo: Blucher.
- Mahlberg, M. (2006). *English general nouns: a corpus theoretical approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Mihatsch, W. (2015). La sémantique des noms généraux 'être humain' français et allemands. In W. Mihatsch, & C. Schnedecker, C. (Eds.), *Les noms d'humains: une catégorie à part?* (Zeitschrift für französische Sprache und Literatur – Beihefte, Neue Folge ZFSL-B) (pp. 55–83), Stuttgart: Steiner.
- . (2017). Les noms d'humains généraux aux limites de la grammaticalisation. *Syntaxe et Sémantique*, 18, 67–99.
- Mostrov, V.; & Aleksandrova, A. (2018). *Homme, personne, être humain*: trois noms d'humains généraux en français et en bulgare. *Linx*, 76, 133–162.
- Pereira, L. R. (2014) Povos/povos In: J. Feres Júnior, *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil* (pp. 203–224). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Perini, M. A. (2010). *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Rio Grande do Sul. (2018). *Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. <http://www.al.rs.gov.br/site/>.
- Santos, M. P. (2019). *Sexismo linguístico e nomes gerais: a construção de uma língua inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos da UFMG). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- Schnedecker, C. (2015). Les (noms d') humains sont-ils à part? Intérêts linguistiques d'une sous-catégorie nominale encore marginale. In: W. Mihatsch, & C. Schnedecker. *Les noms d'humains: une catégorie à part?* (pp. 15–53). Stuttgart: Franz Steiner.

Toledo, L. C. et al. (2014). *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>.

Tosi, C. (2019). Marcas discursivas de la diversidad. Acerca del lenguaje no sexista y la educación lingüística: aproximaciones al caso argentino. *Álabe*, 20, 1–20.

Anexo 1

| Item lexical | Número de ocorrências Amostra 1 | Número de ocorrências Amostra 2 | Total |
|------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------|
| afro-brasileiro | - | 1 | 1 |
| agricultor(res) | 45 | 18 | 63 |
| alguns | 1 | - | 1 |
| alunos | 9 | 8 | 17 |
| amigo(s) | 4 | 16 | 20 |
| aqueles | 26 | 28 | 54 |
| atleta(s) | 3 | 5 | 8 |
| brasileiro(s) | 2 | 16 | 18 |
| cidadão(s) | 31 | 30 | 61 |
| colegas | 24 | 16 | 40 |
| companheiros | 7 | 2 | 9 |
| consumidor(res) | 4 | 5 | 9 |
| coordenador | 1 | - | 1 |
| daqueles | 8 | 14 | 22 |
| diretores | 3 | 5 | 8 |
| dirigentes | 4 | 2 | 6 |
| empresários | 8 | 9 | 17 |
| filho(s) | 12 | 8 | 20 |
| funcionários | 41 | 7 | 48 |
| gaúchos | 8 | 25 | 33 |
| gente | 4 | 7 | 11 |
| homem(ns) | 19 | 13 | 32 |
| humanos | - | 2 | 2 |
| jovem(ns) | 4 | 7 | 11 |
| juiz | 1 | 3 | 4 |
| líderes | 8 | - | 8 |
| médico | - | 1 | 1 |
| membros | 8 | 5 | 13 |
| ministro | 3 | 1 | 4 |
| negro | - | 5 | 5 |
| outro(s) | 11 | 8 | 19 |
| parlamentar(res) | 47 | 34 | 81 |
| pescadores | 44 | 1 | 45 |

| Item lexical | Número de ocorrências Amostra 1 | Número de ocorrências Amostra 2 | Total |
|-------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------|
| pessoa(s) | 110 | 71 | 181 |
| peçoal | 6 | 20 | 26 |
| pobres | 1 | - | 1 |
| policial(is) | 1 | 5 | 6 |
| político(s) | 2 | 4 | 6 |
| população | 19 | 33 | 52 |
| povo | 49 | 105 | 154 |
| prefeito(s) | 14 | 3 | 17 |
| professor(res) | 24 | 40 | 64 |
| próximo | - | 1 | 1 |
| público(s) | 1 | 6 | 7 |
| representante(s) | 15 | 4 | 19 |
| secretário | 1 | - | 1 |
| senhor(res) | 12 | 59 | 71 |
| ser(es) humano(s) | 7 | 6 | 13 |
| servidor(res) | 48 | 48 | 96 |
| técnicos | 7 | 13 | 20 |
| telespectadores | 11 | 18 | 29 |
| trabalhador(res) | 44 | 25 | 69 |
| vereador(res) | 8 | 5 | 13 |
| TOTAIS | 770 | 768 | 1538 |



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.

